

EDITORIAL

A chamada poesia “lírica” grega antiga nos apresenta uma série de problemas e desafios. O primeiro problema é a própria nomenclatura, já que o adjetivo *lyrikós* ocorre apenas no primeiro século a.C., com referência a alguns poetas e suas obras. Antes disso, Platão (Rep. II 379 a) emprega o termo *mélós*, que significa “canção”, para distinguir, da poesia épica e trágica, essas “canções”. Mas os próprios poetas raramente nomeavam suas composições, que mais tarde foram classificadas em cânones de poesia lírica e/ou mélica, iâmbica e elegíaca. O sentido mais largo e genérico do termo “lírica”, que engloba toda a poesia que não seja épica nem dramática, e se consolida nas teorias poéticas dos séculos XVIII e XIX, pouco tem a ver com os textos que nos restaram dos períodos arcaico e clássico da Grécia antiga. Assim, um dos grandes desafios daqueles que hoje estudam tais poemas é procurar definir, em meio a um *corpus* de textos extremamente variado quanto às formas, funções e ocasiões de *performance*, o que seriam os “gêneros” antigos e as “regras não-escritas” que os norteavam e formavam o “horizonte de expectativa” do público ouvinte. Trata-se de tarefa árdua, não só pela heterogeneidade formal que os poemas apresentam e pelo interesse tardio dos teóricos antigos por essas formas (note-se que a *Poética* de Aristóteles trata sumariamente apenas do ditirambo, por causa da relação com a tragédia), mas também pelo estado em que os poemas nos chegaram. Ao contrário do vasto *corpus* de poesia épica e dramática que nos foi legado pela tradição, somente os epinícios de Píndaro e a *Teognídeia* possuem cópias manuscritas medievais em bom estado. O restante da “lírica” nos chegou em citas feitas por outros autores antigos que interpretam, recortam e por vezes alteram os versos, ou em papiros corroídos pelo tempo.

Entretanto, para os teóricos e poetas romanos, os gêneros da poesia não-épica e não-dramática grega, tal como a acolheram, e da poesia não-épica e não-dramática latina, tal como a produziram, eram menos problemáticos porque receberam discriminação mais regulada e então mais rígida, já não dependente das ocasiões de *performance*: assim como ocorrera no período helenístico, cujos poetas foram paradigma imediato dos romanos, os poemas latinos, porquanto ainda fossem oralizados nas recitações públicas e privadas, eram maiormente compostos e recebidos pela mediação da escrita, separados ou em livro. Qualquer discriminação circunscrevia-se aos elementos só dos poemas, que acabaram por ser classificados genericamente pelos poetas bibliotecários de Alexandria e depois foram assumidos pelos poetas e teóricos romanos pela relação de conveniência (o decoro)

que matéria e metro apresentavam em cada gênero segundo a prática dos poetas anteriores tomados por modelo. A classificação jamais elidiu os limites que os romanos reconheciam, que eles impunham e que também transgrediam entre lírica, elegia, iambo e epigrama, como se lê sucinta, mas claramente na *Poética* de Horácio (vv. 72-85), e clara e extensamente em Quintiliano (10, 1, 51-57 e 10, 85-93) e em Diomedes (GL, Keil 482-492). Confins que eram para os romanos, esses gêneros jamais lhes foram confusos.

Atento a essas questões, o PPG Letras Clássicas da FFLCH/USP dedica este número de *Letras Clássicas* à poesia mélica, iâmbica e elegíaca grega e latina. Na “Seção de artigos”, comentam-se odes, iampos e epítáfios gregos de Safo, Sólon, Simônides, e também elegias latinas de Ovídio:

Patricia A. Rosenmeyer examina três fontes gregas que vinculam Safo ao iambo, senão à invectiva, de modo a demonstrar a validade desses testemunhos; daí, revê a posição dos especialistas que resistem à simples idéia de associar Safo ao iambo e, assim, sugere que a resistência levou alguns a atribuir a Alceu versos invectivos que talvez pertençam a Safo; por fim, observa que o *corpus* sáfico pode compreender idéias iâmbicas, ainda que os modos invectivos de Safo sejam diferentes dos de Arquíloco e Hipônax.

David Bouvier examina a recepção antiga e também moderna da “Ode 31” de Safo, a fim de examinar como cada um interpreta a palavra *trómos* do verso 13 da ode; em particular, investiga o modo como a palavra foi compreendida por autores gregos e também latinos que citam a ode ou aludem a ela (Platão, Lucrécio, Catulo, Ovídio, *Do sublime*, Plutarco, Luciano), as traduções feitas por autores modernos de língua francesa (Dacier, Boileau), as interpretações propostas por estudiosos modernos (Privitera, Devereux, Ferrari, Thévenaz).

Ana Paula Pinto examina o frg. 2 L-P de Safo; em particular, estuda os problemas da transmissão do texto, de que partes diferentes (v. 5-8 e v. 13-6) foram transmitidas independentemente por autores gregos diferentes (Hermógenes, Ateneu), de modo que a unidade temática das citações permaneceu desconhecida até que a papiróloga Medea Norsa divulgou uma inscrição de quase vinte versos que reúne num mesmo todo os dois testemunhos antigos. Assim, considerando a especificidade da transmissão, discute as dificuldades de delimitar o poema de Safo no interior do documento epigráfico e, daí, os problemas de interpretação do léxico e construção do texto.

Graciela C. Zecchin de Fasano estuda o frg. 3 D de Sólon; considerando que a interpretação moralizante e política tende a desprezar os aspectos propriamente

poéticos do texto, propõe que só o exame do diálogo poético entre a elegia de Sólon e a *Odisséia* permite compreender corretamente a concepção de poder e justiça daquela; assim, compara os dois textos pela matéria e vocabulário, de modo a estabelecer um paralelo entre Sólon e Odisseu e, daí, entre a *aphradie* dos concidadãos daquele e a *atasthalie* dos companheiros deste.

Ana María Gonzales de Tobía mostra como Simônides fixou as convenções do gênero epitáfio de modo a estabelecer uma relação transacional entre o autor e o destinatário do epitáfio, segundo a qual o epitáfio, ao preservar a memória dos feitos do destinatário, é o pagamento (*misthós*) público do serviço (*euergesia*) prestado por ele à cidade. Assim, demonstra que aquela relação é convenção poética porque se estabelece no epitáfio não só quando, em paga da vida que uns sacrificaram por seus concidadãos, é a cidade que, de fato, manda gravar os feitos daqueles a expensas dela, mas também quando o poeta mesmo, por algum vínculo pessoal com o destinatário, custeia sua inscrição.

Lucy Ana De Bem mostra como Ovídio, nos *Amores*, ao encenar a relação entre o *amator* e a *puella*, alude, na verdade, à relação entre o poeta e a elegia. Assim, mostra como alguns elementos da metapoética ovidiana, expostos em poemas programáticos no início e fim de cada livro dos *Amores*, são evocados ao longo de toda a coleção; para tanto, mostra como o aspecto físico da Elegia personificada da elegia III 1, isto é, os cabelos longos, a veste leve, e também o ambiente em que ela está, isto é, o *locus amoenus*, são partilhados pela *puella* da elegia I 5, de modo que esses elementos possam ser interpretados como alusões de Ovídio à sua concepção de elegia.

Matheus Trevizam desenvolve uma análise comparativa da elegia I, 9 dos *Amores* e dos vv. 233-48 do “Livro II” da *Ars amatoria* de Ovídio, a fim de mostrar que o *tópos da militia amoris*, ainda que seja recorrente em ambos os textos, adquire significados diferentes num e noutro. Assim, mostra como, nos *Amores*, Ovídio recorre ao *tópos* por irreverência, isto é, para justificar a indolência dos jovens que permanecem na cidade a amar em vez de ir à guerra lutar; na *Ars amatoria*, porém, ensina ao discípulo a milícia do amor, não para que o corpo dele aprenda a resistir aos rigores do amor, e a vontade dele a submeter-se às ordens da amada, mas para que o discípulo aprenda, ao contrário, a usar tudo isso em seu próprio benefício.

Na “Seção de traduções”, reúnem-se elegias, epinícios, odes, epigramas, hinos de autores gregos (Sólon, Baquíledes, Isilo, Filetas, Calímaco) e latinos (Catulo, Virgílio, Horácio, Propércio, Ovídio) vertidas para o vernáculo por Alfredo Manoel Rezende Silva, André Malta, Brunno Vinícius Gonçalves Vieira,

Guilherme Gontijo Flores, Márcio Meirelles Gouvêa Júnior, Márcio Thamos, Maria Fernanda Brasete.

Na “Seção de notícias”, oferece-se informação sobre pesquisas do PPG Letras Clássicas da FFLCH/USP, quer concluídas em 2005, isto é, teses defendidas e dissertações apresentadas, quer em andamento em 2006, e também informação sobre a disciplina de pós-graduação FLC 5990 “Un type articulier d’analyse syntaxique de la langue en tant que système. Apparition et évolution de la grammaire dans l’Antiquité, en particulier, dans l’Antiquité latine”, ministrada em 2005 por Professor Convidado do PPG, Prof. Dr. Marc Baratin (Université de Lille 3).

Na “Seção de resenhas”, apresenta-se recensão do livro *La Mitología clásica en la literatura española, Panorama diacrónico* de J. A. López Férez (Rodolfo José Rachid).

Os textos foram elaborados por pesquisadores de programas de pós-graduação que honraram o nosso periódico com a sua colaboração e também por alguns pesquisadores do nosso PPG Letras Clássicas da FFLCH/USP. Por isso, registramos, com os nossos agradecimentos, o nome dos pesquisadores, bem como o das instituições a que pertencem. Assim, agradecemos a colaboração a: ALFREDO MANOEL REZENDE SILVA, do IEL/UNICAMP; ANA MARÍA GONZÁLEZ DE TOBIA, da Universidad Nacional de La Plata (Argentina); ANA PAULA PINTO, da Universidade Católica Portuguesa (Portugal); ANDRÉ MALTA, da FFLCH/USP; BRUNNO VINÍCIUS GONÇALVES VIEIRA, da FLC/UNESP; DAVID BOUVIER, da Université de Lausanne (Suíça); GRACIELA C. ZECCHIN DE FASANO, da Universidad Nacional de La Plata (Argentina); GUILHERME GONTIJO FLORES, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes / UFPR; LUCY ANA DE BEM, do IEL/UNICAMP; MÁRCIO MEIRELLES GOUVÊA JÚNIOR, da FALE/UFMG; MÁRCIO THAMOS, da FLC/UNESP; MARIA FERNANDA BRASETE, da Universidade de Aveiro (Portugal); MATHEUS TREVIZAM, da FALE/UFMG (Brasil); PATRICIA A. ROSENMEYER, da University of Wisconsin (Estados Unidos da América); RODOLFO JOSÉ RACHID, da FFLCH/USP.

A Comissão Editorial